

Da etnopsicologia à etnoimagologia

Hugo Dyserinck

Da etnologia à etnoimagologia: Sobre o desenvolvimento e a finalidade de um núcleo de estudos do outrora programa dos Estudos Comparados de Aachen*

Partindo de um parentesco antes existente entre a literatura comparada e a denominada “psicologia dos povos”, deve ser lembrado que, no âmbito dos estudos comparados europeus, desenvolveu-se uma disciplina secundária conhecida como “imagologia”, a qual não só era uma conseqüência lógica da pesquisa em literatura comparada, mas também – na medida em que retomava certas questões da “psicologia dos povos” de um novo ângulo – podia vir a ser uma ciência da diversidade nacional da Europa que, devido à união entre “os povos”, revelava extraordinária atualidade. Através do desenvolvimento, não só da comparação literária, como também da investigação das fronteiras evanescentes nas relações literárias e culturais, no âmbito de uma comparatística crítica e racionalmente orientada, chegou-se a uma negação radical de tudo o que determina ou podia determinar o caráter nacional de nações ou povos. E a comparatística acusada das aberrações da “psicologia dos povos” trouxe, deste modo, à luz um nítido pólo oposto a qualquer tipo de “psicologia dos povos”, através do qual o pensar em categorias nacionais foi relativizado. Numa época de agonia geral da concepção de uma literatura comparada independente do ponto de vista acadêmico, tal como aconteceu com as filologias nacionais, a imagologia comparada mostra-se como a concretização da dimensão filosófico- antropológica de uma disciplina literária originalmente muito promissora.

Desde o início, como se sabe, a literatura comparada sempre comungou da denominada “psicologia dos povos” - uma linha de pesquisa que surgiu em concomitância e que partia da crença na existência de povos e nações, passíveis de serem bem definidos, assim como também acreditava em um “espírito do povo” (ou “alma popular”) - sendo sua intenção, na medida do possível, compreendê-los cientificamente.

Embora haja referências a estágios anteriores e aos primórdios de uma “psicologia dos povos” - com raízes na Antigüidade - (por exemplo, Barclay, Vico, Montesquieu, Hume, Herder, Muralt, etc.) e embora, na Europa, já desde a metade do

* - Dyserinck, Hugo – Von Ethnopsychologie zu Ethnoimagologie. Über Entwicklung und mögliche Endbestimmung eines Schwerpunkts des ehemaligen Aachener Komparatistikprogramms. In: Pál, József & Szili, József - *Neohelicon*. Acta Comparationis Litterarum Universarum. Budapest/London, Akadémiai Kiadó/ Kluwer Academic Publishers, 2002, S. 57-74. Trad. Jael Glauce da Fonseca, pesquisadora do grupo RELLIBRA - “Relações lingüísticas e literárias Brasil-Alemanha”. Revisão de Celeste H.M.Ribeiro de Sousa, coordenadora do grupo. Tradução e veiculação autorizadas pelo autor.

século XVI também se encontrem inúmeras manifestações de uma crença em caracteres nacionais ou em povos passíveis de serem descritos, a linha de pesquisa casualmente também denominada etnopsicologia foi introduzida como disciplina de ambições acadêmicas em territórios de fala alemã apenas na metade do século XIX. Tal fato aconteceu, vale ressaltar, por intermédio de dois intelectuais judeus Moritz Lazarus (1824-1903) e Heymann Steinthal (1823-1899) que comprovadamente perceberam, como problema existencial, a diferença de mentalidade entre os seus compatriotas, de um lado, e a maioria da população nativa à sua volta, de outro, tendo aspirado à sua superação através da criação de um “espírito popular” alemão comum. Em 1860, fundaram a primeira revista especializada, cujo título completo era *Zeitschrift für Völkerpsychologie und Sprachwissenschaft* (Revista de Psicologia dos Povos e Lingüística) que, no entanto, não apresentava as tendências ideológicas deterministas, que haveriam de pairar mais tarde, como uma sombra, sobre tudo o que se chamasse “psicologia dos povos”.

Com a denominação “psicologia dos povos”, lançaram um conceito ao mundo que, apesar de não ser preciso em diversos aspectos, alcançou uma grande popularidade - principalmente no meio alemão, onde logo passaria a ser instrumentalizado com a finalidade de fortalecer uma consciência nacional de bases populares. Mais tarde, vieram os argumentos nunca bem deglutidos “meio, raça e momento” de um Hippolyte Taine e várias publicações afins de filósofos e sociólogos franceses como Alfred Fouillée, Georges Vacher de Lapouge, assim como também outras teorias alemãs como as de Wilhelm Wundt e Eduard Spranger – para não falar das teorias sobre raça e espírito propagadas de forma oficial no meio universitário alemão na época do Nacional-Socialismo.

Após a Segunda Guerra, o interesse pela etnopsicologia manteve-se parcialmente fora dos círculos acadêmicos. Assim, juntamente com um pequeno grupo de publicitários franceses, os alemães Willy Hellpach e Wilhelm E. M. procuraram por outros meios ressuscitar a então marginalizada problemática das características de povos e populações em sua *Revue de psychologie des peuples* (Revista de psicologia dos povos) publicada em 1945 em Le Havre, despertando surpreendente interesse em pessoas e pesquisadores influentes da sociedade.¹ Mas também nesta revista, prevaleceram os falsos pressupostos de uma psicologia coletiva do passado e suas sombras, o que determinou o fim dessa linha de pesquisa. Não se pode negar, entretanto, que boa parte do interesse original pela pesquisa e pela superação de diferenças e antagonismos entre povos, nações e comunidades religiosas levou, mais tarde, ao culto determinista de povos e grupos e, até mesmo, ao racismo. E, além disso, encontram-se poucas publicações, na época do Pós-Guerra, que possam retomar de forma positiva a questão científica em torno desse estudo introduzido na metade do

¹ A *Revista de psicologia dos povos* que, depois de algum tempo, recebeu o título de *Etnopsicologia* (Ethnopsychologie) foi retomada por um grupo de pesquisa sob a direção de Abel Miroglie em 1945 em Le Havre. Tal grupo pertencia ao *Institut havrais de sociologie économique et de psychologie de peuples* que funcionava com recursos privados desde 1938 e que foi incorporado à recém-fundada universidade de Caen. Esta revista, que se juntou mais tarde aos *Cahiers de Sociologie Économique* (Cadernos de sociologia econômica), tinha um ‘Comité de Parainage’ com os seguintes membros, entre outros: os sociólogos Roger Bastide, Otto Klineberg e Georges Le Bras, e um ‘Comité de Direction’ a que pertenciam, entre outros, os comparatistas Sylvaine Marandon, Guy Michaud e Edmond Marc-Lipianski. Por algum tempo, atuou também na revista como presidente de honra o famoso sociólogo e publicitário André Siegfried, assim como também o presidente da França René Coty, oriundo de Le Havre como Siegfried. Com o passar dos anos, a revista voltou-se mais para assuntos ligados à sociologia, à ciência política e à economia, afastando-se cada vez mais das ciências humanas, o que evitou o retorno àquele pensamento ‘popular’ e ‘racista’, etc., predominante no estilo antigo da ‘psicologia dos povos’. Em 1981, a revista deixou de ser publicada.

século XIX e no início do século XVIII.

As discussões que presenciamos no decorrer do século XX sobre os estudos comparados sempre fizeram alusão ao nosso parentesco com a “psicologia dos povos”. Vivenciamos também o fato da literatura comparada, tal como compreendida na França, interessar-se cada vez mais pela área das ciências humanas, sendo até elogiada como provável parte de uma área mais abrangente como a da “psicologia dos povos”. Considerada ainda possível, tal relação foi utilizada como crítica à literatura comparada (*Littérature comparée*) francesa que ainda se baseava na tradição dos estudos comparados do continente europeu. De acordo com a opinião de críticos formalistas e imanentistas, os estudiosos de literatura comparada deveriam livrar-se no futuro dessa ligação e voltar-se para os caminhos estritamente literários. As bem difundidas teses desses críticos, defendidas com extrema veemência por René Wellek, trouxeram sérias conseqüências para o desenvolvimento internacional dos estudos comparados.² São por demais conhecidas no mundo especializado.

Na verdade, após a Segunda Guerra Mundial, houve uma diminuição do interesse pelas questões e possibilidades da “psicologia dos povos” nos circuitos internacionais e, principalmente, europeus, um distanciamento motivado, tanto por uma justa dúvida sobre as perspectivas científicas da disciplina, nomeadamente sobre o seu caráter científico, quanto pela sua já mencionada e comprovada amalgamação com tudo o que se difundiu na ciência européia no século XX em termos de pensamento nacionalista e racista.

Nossa história pareceu voltar para Treppenwitz, pois justamente aqueles que defendiam radicalmente o ponto de vista dos formalistas de separar os estudos comparados da “psicologia dos povos” acreditavam na existência e no significado “de caracteres nacionais” e, assim, na legitimação de uma “psicologia dos povos” como campo de investigação. Wellek chegou até a falar da existência de “that obscure force, national character” (essa força obscura, o caráter nacional) e quis a explicação das diferenças entre as literaturas nacionais e suas diversas correntes, que ainda no programa da *Littérature Générale* haviam sido consideradas por Paul Van Tieghem, quis o conferimento dessa “força obscura”, para, então, no mesmo contexto, excluí-la imediatamente da pesquisa dos estudos comparados da literatura, pois segundo sua opinião, o cientista não tinha mais nada a fazer senão indicar as diferenças.³ E, em uma crítica à Imagologia de 1962, Horst Rüdiger concordou plenamente com ele, ao esclarecer, em relação às minhas posições a respeito das divergências metodológicas francesas e americanas, que “nem as imagens positivas e nem as negativas sobre outras nações são assuntos concernentes à pesquisa literária, elas são objeto da “psicologia dos povos”; uma observação que exprimia sua aceitação de uma “psicologia dos povos” no velho estilo como uma ciência séria.⁴

Mas onde se encontrava a real origem da “ligação” entre essas duas disciplinas, isto é, dessas duas linhas de pesquisa? Nos dois casos ficaram em evidência os questionamentos desencadeados por uma problematização da multinacionalidade européia e, em ambos os lados, havia pesquisadores que acreditavam na existência de diferenças essenciais no pensar, no sentir e na criação intelectual dos âmbitos “nacionais”, ou seja, “populares”. Assim, em ambas as ramificações, acreditou-se na

² Veja H. Dysenrick: *Komparatistik. Eine Einführung* (Aachener Beiträge zur Komparatistik. V. II, Bonn, Bouvier, 1977, 3 edição 1991 (especialmente a segunda parte do capítulo I).

³ René Wellek: *Deutsche und englische Romantik: Eine Konfrontation*, in: *Konfrontationen Vergleichende Studien zur Romantik*. Frankfurt am Main, 1964. p. 36

⁴ Horst Rüdiger: *Nationalliteraturen und europäische Literatur. Methoden und Ziele der Vergleichenden Literaturwissenschaft.*, in: Schweizer Monatshefte, 42.,Jg, Caderno 2 (Maio de 1962), p.202.

possibilidade de explicar de modo causal as supostas diferenças essenciais entre as comunidades vistas como “nações”, ou “povos”. E o que se esperava que os “psicólogos do povo” fizessem a partir de determinados métodos de uma já existente, porém, rudimentar psicologia social ou coletiva, sob nova terminologia, haveria de ser alcançado pelos representantes de uma “história da literatura comparada”, quer dizer, da “literatura comparada”, através da comparação entre obras literárias, que supera barreiras lingüísticas. Contudo, o que ocorreu, de verdade, na maioria dos casos, foram tomadas de posição equivocadas, como por exemplo no caso particular da comparatística literária, ou mesmo, até certo ponto, nas falsas tentativas de abordagem de problemas da história da literatura européia, insatisfatoriamente delineados, que deveriam ter sido vistos e formulados de outra maneira. Pensando assim, os “caminhos errados” de ambas as partes deveriam, no fundo, já ser considerados superados no meio universitário europeu de 1950, e não havia motivo para não reconhecer a tentativa de renovação feita pelo comparatista parisiense Jean-Marie Carré como um novo e legítimo começo.

Além disso, ainda havia a campanha contra a imagologia, alimentada com empenho, sobretudo, pelos representantes do “intrinsic study” e da “imanência da obra”, que falhou, para não dizer que foi grotesca: na realidade, nenhuma linha de pesquisa científica da época estava mais preparada para corrigir as orientações equivocadas da assim chamada “psicologia dos povos” do que, justamente, a comparatística francesa; e, seguramente, através do desenvolvimento da imagologia. Mas este fato, à época da grande polêmica entre a escola americana e a escola francesa, possivelmente, não se impôs com a clareza necessária.

Entretanto, o passo definitivo fora dado e, por volta de 1950, as recomendações por parte da comparatística (em particular da francesa) eram bastante claras: dever-se-ia manter distância dos planos da comparação literária, até então cultivados, uma comparação literária, em parte, percebida como sem fronteiras, isto é, equivocada; por isso mesmo, dever-se-ia prestar atenção naquelas relações que, de fato, superam fronteiras e que, no âmbito das relações literárias e intelectuais, desembocam numa parte mais concreta da pesquisa, no *comment nous voyons-nous les uns les autres* (Como nos vemos uns aos outros). Em outras palavras, abram mão dos “grandiosos” planos da *comparaison littéraire* (comparação literária) e da *littérature générale* (literatura geral) em favor da pesquisa sobre as relações literárias, considerada sólida e mais consistente, tendo a imagologia como seu ponto mais alto.

Para aqueles que conheceram o desenvolvimento da *Littérature Comparée* desde os últimos anos do século XIX na França e que, depois da Segunda Guerra Mundial, depositaram esperança numa possível continuidade dos planos gerais de um Baldensperger, de um Paul Hazard e, principalmente, de um Van Tieghem, para então também serem obrigados a se deparar com algumas situações insolúveis, tratava-se de claramente abandonar o originalmente planejado. Afinal, o novo começo implicava até mesmo numa negação do endereço daqueles que ainda pensavam na possibilidade de se fazer pesquisa comparada no velho estilo, o que não era de admirar em uma definição de *Littérature Comparée* como *l'étude des relations spirituelles internationales* (o estudo das relações espirituais internacionais) ou mesmo em afirmações como *la littérature comparée n'est pas la comparaison littéraire* (a literatura comparada não é a comparação literária).⁵

E isto implicava, por fim, também numa recomendação de abandonar qualquer tentativa de “esclarecimento” de cunho psicológico-popular ou afim de quaisquer

⁵ Veja. Jean -Marie Carré: *Avant-Propos*, in: Marius-François Guyard: *La littérature comparée*, Paris 1951.

diferenças ou afinidades estabelecidas. A concepção de Carré de 1950 era tudo menos um convite à pesquisa “psicológico-popular”.

A concepção básica da imagologia, aquela do *l' étranger tel qu'on le voit* não era desconhecida da pesquisa literária europeia por volta de 1950. Levando-se em consideração o fato de que os comparatistas franceses já tinham percorrido estes caminhos nas primeiras décadas do século (também Carré havia-se ocupado com estudos abrangentes sobre viajantes franceses no Egito), pode-se dizer que, sob a influência direta (e no âmbito) da história dos motivos (*Stoffgeschichte*), sempre houve um grande interesse por essa temática nas filologias propriamente ditas – e em diversos países europeus. Foi assim que, na época da República de Weimar, sob a influência do fim da Primeira Guerra Mundial, só para citar um exemplo alemão, surgiram, nas universidades alemãs, inúmeras dissertações sobre a imagem francesa e inglesa da Alemanha nas áreas dos estudos românicos e anglo-saxões, da mesma forma que também outras do mesmo tipo abordavam a imagem dos franceses e ingleses na literatura alemã. Entretanto, a maioria não só estava presa a uma filologia nacionalista e a um pensamento comprometido com categorias nacionais, mas também e em grande parte até mesmo voltada para um nacionalismo evidente, e, assim, tornava-se, por este motivo, inequívoca portadora e propagadora do pensamento imagotípico.⁶

Em parte, esses estudos são a melhor prova da existência de imagens no âmbito da crítica literária e da ciência da literatura e, em vez de se voltarem para a imagologia, tornaram-se material bruto e solo fértil para a propagação continuada de seus objetos de investigação. O *Esprit und Geist* (1927) de Eduard Wechsler deve ser compreendido neste contexto e em lugar de destaque.⁷

Por último, houve ainda, principalmente do lado alemão, durante a época do Nazismo, um verdadeiro *boom* de textos desta natureza. Em 1940, atuando em Breslau e, a partir de 1943, em Berlin, o romanista Fritz Neubert deu a público sobre o assunto, na revista trimestral *Volkstum und Kultur der Romanen* (Índole nacional e cultura dos romanos), um artigo abrangente, que tratava justamente do mesmo tema, publicado sete anos mais tarde na França por Jean-Marie Carré sobre *Les écrivains français et le mirage allemand* (Os escritores franceses e a miragem alemã): “A imagem francesa da Alemanha de 1700 até a Guerra Mundial”. Certamente nenhum destes trabalhos era imagológico no sentido proposto por Carré no programa de renovação de 1950. Eles surgiram motivados mais por um interesse temático e foram redigidos em grande medida a partir de estímulos políticos.⁸ E, sobretudo, eles ainda estavam mergulhados na crença em caracteres nacionais e não se intimidaram diante do fato de apresentarem a seus leitores assim, ligeira e simplesmente, tais convicções. Esta questão fica particularmente perceptível em uma comparação entre os escritos mencionados de Neubert e de Carré. Ambos mostravam pendores “patrióticos”. Mas enquanto Neubert, um nacional-socialista confesso, um romanista alemão, colocava, naqueles anos, suas

⁶ Sobre a propagação de pensamento nacionalista e racista na área de românicas antes e durante o Nacional-Socialismo compare Frank-Rutger Hausmann: *Vom Strudel der Ereignisse verschlungen. Deutsche Romanistik im 'Dritten Reich'*, Frankfurt a. M. 2000. Veja também as inúmeras publicações do mesmo autor.

⁷ Compare com a dissertação intitulada *Imagotype Philologie* de meu aluno Horst Schmidt de Aachen..

⁸ Fritz Neubert dedicou seu tratado “Den Commilitonen im Felde” (Aos companheiros no campo) e não deixou de mencionar, ao final, sua opinião sobre a vitória da Alemanha: “Aber die kommende Neuordnung Europas lässt die Hoffnung wach werden, dass nun endlich eine bessere Zukunft dem Verhältnis der beiden Völker beschieden sein wird.” (A nova ordem europeia que se faz presente deixa a esperança de que a relação entre ambos os povos seja melhor no futuro).

pesquisas como um “serviço prestado à nação”⁹, baseando-se no antigo credo da existência de “diferenças essenciais” entre os franceses e alemães, Carré limitava-se a apontar para algumas questões políticas pontuais e a aludir casualmente ao fato de que a França teria se deixado enganar com as pretensões agressivas da Alemanha. Resumindo: Neubert movia-se dentro da tradição da “maneira de ser” alemã, enquanto Carré já se movimentava dentro das possibilidades que exploravam um novo tipo de imagologia, no que ainda levava a vantagem de incluir em sua investigação o intervalo entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial.

De um modo geral, nesta época, os comparatistas franceses já percorrem outros caminhos. Talvez valha ressaltar neste sentido uma posição de Paul Hazard, considerada em sua obra principal *La crise de la conscience européenne* (A crise da consciência européia) (1935), em que afirma de modo breve – surpreendentemente breve - valer a pena abordar a questão das possíveis diferenças nacionais. Não se tratava das diferenças existentes entre nações, mas simplesmente, de uma crença nelas, de um sentimento: *Le sentiment des différences nationales: qui l’abolira? Il met en jeu des valeurs irréductibles; il procède de raisons que la raison connaît, et d’autres, que la raison ne connaît pas.* (O sentimento das diferenças nacionais: quem o abolirá? Ele coloca em jogo valores irreduzíveis; ele provém de razões que a razão conhece, e de outras que a razão desconhece).¹⁰

O estudo da imagologia do Programa de Aachen, fundado em 1967, que, entretanto, fora retirado da grade curricular da comparatística em universidades de língua alemã, em consequência de novas formatações acadêmicas, apoiava-se na mais recente compreensão dessa disciplina, derivada da assim chamada “escola francesa”, e isso, após a sua extinção dos estudos comparados na Alemanha. Devido às circunstâncias especiais, em que o ensino e a pesquisa seriam obrigados a realizar-se, chegou-se a um consenso de que o estudo da imagologia deveria se tornar uma disciplina secundária relativamente independente do *corpus* geral dos estudos comparados. Não fomos os únicos a escolher caminhos diversos face à evolução dos “estudos gerais e comparados da literatura” no âmbito internacional (e face às dificuldades, em parte insuperáveis, para amplificar os estudos universitários comparados em uma matéria autônoma).

Tornamo-nos conhecidos através do meu artigo *Zum Problem der ‘images’ und ‘mirages’ und ihrer Untersuchung im Rahmen der Vergleichen Literaturwissenschaft* (Sobre o problema das imagens e miragens e sua pesquisa no âmbito da literatura comparada) publicado, em 1966, na recém-lançada revista de literatura comparada *Arcádia* (Arcadia), que trazia à baila a controvérsia desencadeada por Wellek. Procurava-se primordialmente defender a imagologia. E, neste sentido, o argumento principal baseava-se no fato de que não seria possível evitar uma abordagem imagológica, mesmo se nos ocupássemos com os estudos literários no sentido restrito proposto por Wellek. Para defendermos nossa tese, usamos o exemplo de Bermano em *Journal d’une cure de campagne* (Jornal de um pároco rural) com suas dicotomias Norte-Sul, Leste-Oeste a impregnar uma imagem da Flandres. E o papel desempenhado pela mencionada imagem da Flandres – com sua ideologia dicotômica entre sensualismo e misticismo, caracterizadora da “alma do povo” flamengo - na recepção internacional de famosos autores flamengos de escrita francesa da geração de 1880

⁹ Fritz Neubert: *Gegenwartsaufgaben der Romanistik.*, in: *Neuphilologische Monatsschrift*, Jg. 1938. p.98.

¹⁰ Paul Hazard: *La crise de la conscience européenne*, cap. IV.

(Maeterlinck, Verhaeren, Rodenbach etc)¹¹, funcionou simultaneamente como outro indício da necessidade de se considerarem as imagens e as estruturas imagotípicas veiculadas na literatura e na crítica literária como objeto de uma ainda existente comparatística de caráter literário¹², assim como também funcionou nas diversas etapas de produção e divulgação de traduções, um aspecto que se tornou especialmente evidente na divulgação da literatura dos países-baixos (Flandres e Holanda)¹³ entre os alemães. Estamos certos de que a literatura e também as suas diversas manifestações (bem como a sua abordagem na escrita da história e/ou crítica literária) são áreas tão legítimas dos estudos literários quanto quaisquer outras investigações “imanentistas”.

Esta “resposta” endereçada a Wellek, a que aliás ele nunca reagiu na mídia, talvez não tenha sido suficiente para ampliar os estudos da imagologia no sentido de suas já referidas possibilidades apontadas na França. Por isso, o Programa de Aachen foi planejado de tal modo que, a partir de então, os argumentos começaram a passar ao largo do assim chamado *intrinsic study* (estudo intrínseco) e, no fundo, o consideravam irrelevante.

Neste sentido, ocupamo-nos do problema da repercussão da imagem da Alemanha na vida intelectual francesa a partir de Mme de Staël, o tema de Carré em *Les écrivains français et le mirage allemand*. O pensamento matricial do livro, no fundo, era a relativização das imagens, considerando sua constância, seu poder e sua força de atuação; pois se Carré as tratou, em muitos casos, como simples ilusões sedutoras (isto é, “miragens”), em muitos outros casos, estimulou os seus alunos e seguidores a perseguir o desenvolvimento dessas e outras “miragens” para além das fronteiras de sua criação - submetendo-as praticamente a um processo de desideologização.

Não resta dúvida de que os procedimentos de Carré foram relevantes e estimularam a pesquisa de outras teorias confusas sobre os alemães como as divulgadas por Mme de Staël, e vindas de Charles de Villers. Foi igualmente importante para o desenvolvimento da imagologia a referência feita à atração, à durabilidade da imagem alemã, assim como também à sua relação com a política. Albert Béguins mostra-nos em *L'ame romantique et le revê* (A alma romântica e o sonho), de 1937, que as teorias sobre a Alemanha romântica, a saber, a idéia de que o Romantismo tal como aconteceu na Alemanha não seria possível em nenhum outro país europeu e tão pouco na França, baseiam-se em falsos pressupostos e desconhecimento da história literária francesa. Já era de nosso conhecimento, entretanto, a existência de uma Alemanha romântica e uma França clássica divulgadas nas idéias de Mme de Staël e seus seguidores. Mas que as mesmas estruturas, com simples sinal invertido, também pudessem e tenham funcionado nos germanófilos círculos culturais e políticos da França, só nos foi claramente mostrado através da técnica deslindadora das análises de Carré, apesar da existência de inúmeros ensaios sobre o “Anti-Romantismo” francês. Contudo, isto também significava: As “imagens” poderiam ser “falsas”, elas representavam uma realidade, com a qual era preciso contar. Uma realidade específica que, mais tarde, haveria de nos dar oportunidade de comparar o seu *status* ontológico com os objetos do

¹¹ Veja H. Dysenrick: *Zur Sonderstellung der französisch schreibenden flämischen Autoren der Generation von 1880*, in: *Die Neueren Sprache*, Jg. 1964, caderno 10.

¹² Os conceitos de *Imagotype* e *Imagotypie* foram sugeridos pela primeira vez por Oliver Brachfeld, utilizando-os inicialmente na *Revue de Psychologie des Peuples* colocando-se contra o uso de termo estereótipos. (*Note sur l'imagologie ethnique*, in; RPP, Jg.17 (1962), p. 34).

¹³ Sobre este problema veja as publicações dos países-baixos: *Aspecten van Vlaanderens gijdrage tot de Europese literatuur*, in: *Trefpunt*, 1965/66, caderno 2. *Een nadere toelichting in verband met de Noord-Zuid-problematiek*, in: *Trefpunt*, 1965/66, caderno 3; *Flandrica. Vlaamse en Algemeen-Nederlandse Zorgen op de Duitse boekenmarkt*, 1969 (na editora Saeftinge Antwerpen-Blankenberge).¹³

“Mundo 3” de Karl Popper.¹⁴

A constância da força repercussora dessas imagens também se comprovou na aceitação da polaridade Alemanha/França em outros âmbitos não pertencentes a esses dois países e que até mesmo se encontravam fora da Europa e, por algum motivo, foram transportadas para lá. Esse também foi o caso, por exemplo, da teoria da “negritude”, com a qual nos ocupamos por muito tempo no Programa de Aachen, proporcionando-nos inúmeras publicações de caráter imagológico. Quando Leopold Sedar Senghor em sua mundialmente famosa teoria, que se tornou ideologia de estado a favor de um Senegal livre, utilizou imagens antagônicas entre Hamitas e Etíopes, divulgadas para o mundo por Leo Kroebnius, como sendo a concepção de seu país e, possivelmente, de todo o continente africano, com a França de um lado e o germanismo de outro, ele não fez nada além de transpor a dicotomia germanismo/latinidade desenvolvida por Mme de Staël para a relação África/Europa, além de recorrer a uma caracterização imagotípica de um suposto espírito materialista anglo-saxão.¹⁵

Um outro ponto decisivo estava na constatação de que as imagens não só eram “fictícias” - de modo nenhum eram reproduções de realidades -, como seus próprios componentes referenciais (países, nações e povos, etc. referidos) careciam de marcas claramente definidas. Em outras palavras: o que era exatamente a Alemanha de Mme de Staël? Onde estavam as suas fronteiras? Quem pertencia ao povo alemão por ela caracterizado e quem não pertencia?

Aqui residia o entrelaçamento da imagologia com o racionalismo crítico se considerarmos, entre outros, a afirmação de Popper sobre nação como um “número de pessoas unidas por um engano comum em relação à sua história.”¹⁶ E também aqui havia que se observar que nossas constatações eram válidas, não só no âmbito da formação de heteroimagens (a imagem de outro país), como também no de autoimagens (a imagem do próprio). Tratava-se, por assim dizer, de uma relativização do conceito de identidade “nacional”.

Para as nossas pesquisas, a região de Benelux ofereceu-nos, neste sentido, uma boa quantidade de material claro e convincente¹⁷, ao alicerçar o fato de que nações, assim como povos não possuem valores eternos, e nem tampouco são “escolhidos por Deus”, como alguns nacionalistas idealistas gostam de afirmar; tudo isso não passa de constructos mentais, de caráter temporário, concretizados no espaço da história. Ao fim e ao cabo, toda a problemática assentava em uma relativização do pensamento em

¹⁴ Compare H. Dysenrick: *Komparatistische Imagologie jenseits von 'Werkimmanenz' und 'werktranszendenz'*, in: *Synthesis. Bulletin du comité national de littérature comparée de la République Socialiste de Roumanie, IX* (1982); veja também: *Komparatistische Imagologie. Zur politischen Tragweite einer europäischen Wissenschaft von der Literatur*, in: Dysenrick, H./Syndram, K.U (editores): *Europa und das nationale Selbstverständnis. Imagologische Probleme n Literatur, Kunst und Kultur des 19. und 20. Jahrhunderts.* (Aachener Beiträge zur Komparatistik, volume 8) Bonn, Bouvier, 1987.

Estes ensaios encontram-se traduzidos neste site em “Imagologia. Coletânea de ensaios 1 de Hugo Dyserinck”.

¹⁵ Sobre a problemática da negritude, compare H. Dysenrick: *Die Quelle der Negritude-Theorie als Gegenstand komparatistischer Imagologie*, in: *Komparatistische Heft* (Bayreuth), caderno 1, 1980.

Este ensaio encontra-se traduzido neste site em “Imagologia. Coletânea de ensaios 1 de Hugo Dyserinck”. Entre outros trabalhos relevantes para os estudos comparados e a imagologia sobre esta temática está o de meu ex-aluno belga, Martin Stein, oriundo da comunidade belga oriental de língua alemã, que faleceu jovem, sobre *Das Bild des Schwarzen in der europäischen Kolonialliteratur 1870-1918* (A imagem do negro na literatura colonial européia 1870-1918), com o qual obteve o título de *Docteur ès Lettres* (Modelo *Doctorat d'État*) em 1982 na Sorbonne em Paris.

¹⁶ Karl Popper: *Die offene Gesellschaft und ihre Feinde*, 4. edição. München 1975, vol. 2, p. 74.

¹⁷ Compare H. Dysenrick: *Nationale und Kulturelle Identitätsprobleme im belgisch-niederländischen Raum aus der Sicht der komparatistischen Imagologie*, in: *Nationales Bewusstsein und kollektive Identität*, editado por Helmut Berding, Frankfurt a. M. 1994.

categorias nacionais, isto é, no cabal reconhecimento do poder exercido pelas imagens e pelas estruturas imagotípicas, assim como no pleno reconhecimento de seu poder de perpetuação, que caracteriza muitas delas.

A imagologia contribui em primeira linha para a discussão e superação de formas de pensar “nacionais”, mantidas fixas por dois séculos em nosso pensamento ocidental, através da literatura, da crítica literária e dos estudos literários. Nós a consideramos, por isso, no sentido mais pleno da palavra, como uma contribuição ao progresso, a um “processo de civilização” e também à construção de uma verdadeira humanidade – só para trazer à lembrança mais uma vez as palavras de Grillparzer (e isto também a propósito de determinadas explicações, há muito necessárias, que oferecemos acerca de nossa metodologia sobre imagens e maneiras de pensar imagotípicas) que, diga-se de forma aberta, ou nas entrelinhas, reivindicam o reconhecimento de seu valor “popular”, “nacional” ou de “grupos étnicos”, etc. (e, no fim das contas, isto é “psicologia dos povos”), muito ao contrário dos inúmeros objetos de investigação de uma tematologia, que continuou a existir, mesmo depois da nova concepção de história da literatura, e que afinal desemboca na história dos assuntos (Stoffgeschichte).

Nesse sentido, trata-se de representações que precisam ser afastadas de nosso pensamento por meio de análises críticas e racionais, ou seja, trata-se de ideologias, das quais o mundo deve se libertar.¹⁸ No âmbito do trabalho imagológico trata-se, em essência, de uma nova visão do passado na literatura e na vida intelectual, assim como também de uma correção dos julgamentos imagotípicos dessas testemunhas do passado. De forma concreta: ela deve investigar e analisar a função das imagens e estruturas imagotípicas em obras literárias dos séculos passados e fazer uma revisão desideologizante das publicações de caráter histórico literário e crítico, que não raro se envolveram com o que referimos como ideológico e ideologizante. Trata-se, portanto, de uma disciplina com relevância social, política, cultural e antropológica com o objetivo de aprender sobre o passado em favor do presente e do futuro. A imagologia esforça-se para oferecer perspectivas antes não reconhecidas das relações intelectuais que superam fronteiras e interdependências. Quando voltada para o futuro, vê como sua função a desideologização de imagens e estruturas imagotípicas nas obras contemporâneas, tornando-as inócuas e neutras. Falando de outra forma: trata-se da desideologização do pensamento humano por meio de análises de imagens que ainda manifestam e desenvolvem estruturas imagotípicas, para banir do futuro o mal que advém da velha crença dominante, presente na “psicologia dos povos”, em uma diferença condicionada e determinista, entre esses mesmos povos.

Este processo pressupõe ter-se como base aquela neutralidade cultural que, na imagologia é evocada pelos velhos princípios dos estudos comparados e que só eles podem evocar, e não pela filologia nacional.¹⁹

Os trabalhos desenvolvidos em Aachen estão voltados contra pensamentos populares e nacionais que sempre vêm relacionados com pensamentos nacionalistas e são usados como justificativas para tal, desde o surgimento de movimentos dessa natureza na Europa. Nesses trabalhos, nunca deixamos de abordar a problemática em torno da necessidade natural do homem por determinadas possibilidades de satisfação e prazer, presentes em pensamentos nacionalistas, oferecidas desde o surgimento dos

¹⁸ Lembramo-nos, neste contexto, da pretendida “desromantização” de Basam Tibi (veja entre outros *Europa ohne Identität? Die Krise der multikulturellen Gesellschaft*, München 1998), mas, da perspectiva ca comparatística, dificilmente podemos responsabilizar todo o Romantismo (e não só o europeu) pelo modo de pensar que queremos neutralizar e colocar de lado com nossa desideologização.

¹⁹ Sobre o conceito de neutralidade cultural, veja, Georges Devereux: *Ethnopsichoanalyse complémentariste*, Paris 1972.

movimentos nacionalistas na Europa. Por exemplo, o sentimento de “proteção”, de “lar”, ou falando de forma mais política de “pátria”. Em alguns casos como, por exemplo, o do sociólogo alemão Eugen Lemberg, cuja necessidade de falar sobre ideologia era tão grande que chegava a compará-la, não totalmente sem razão, ao instinto animal.²⁰

Não nos abstivemos dessa problemática em nossa compreensão da imagologia e estamos cientes do surgimento de pensamentos nacionalistas no decorrer de nossa história européia que não precisam ser refutados pelo nosso ponto de vista racional e crítico, como por exemplo, no caso da defesa coletiva, considerada nacional. Apesar de conhecermos a confissão de Grillparzer ("da humanidade, passando pela nacionalidade, à bestialidade"), que condena o nacionalismo, e a afirmação de Lamartine em sua *Marseillaise de la Paix*²¹, achamos que certas formas e variantes de pensamento nacional podem ativar forças que correspondem à necessidade humana, sem serem *per definitionem* prejudiciais a outras partes da humanidade. Tendo consciência deste fato, arriscamo-nos a dizer que o novo homem europeu “pós-nacional”, em uma “pátria Europa”, sem as velhas categorias nacionais, seria capaz de desenvolver o mesmo sentimento de proteção antes oferecido pelo sentimento nacionalista.

A teoria sobre proteção, de Bollnow, e a filosofia do espaço, de Bachelard, puderam, no âmbito da imagologia, oferecer-lhe subsídios no tratamento do problema da descoberta da identidade coletiva, étnica ou nacional como forma da constituição da auto-imagem. Na verdade, sempre consideramos o elemento “sensação de identidade” como parte constitutiva da problemática da auto-imagem.²²

Desta forma, chegamos ao seguinte questionamento: até que ponto, nossa imagologia, para além de sua tarefa literária, pode contribuir também para a concretização de metas “práticas”, ou “mais altas” do que as apenas histórico-literárias, isto é, de metas políticas, e isto no sentido daquele interesse utilitário que passou pela mente dos formuladores das “novas” possibilidades imagológicas, por volta de 1950, denominado de *des questions dont l'intérêt dépasse la seule littérature* (questões em que o interesse ultrapassa a literatura)²³. Concretamente: a imagologia comparada, na trajetória de sua integração ao âmbito dos “estudos europeus” (e afins), pode, por exemplo, contribuir para a concretização da união das “nacionalidades” européias, (significando isto a superação das perturbadoras fronteiras existentes entre elas)?²⁴

²⁰ Eugen Lemberg: *Ideologie und Gesellschaft*, Kohlhammer, Stuttgart etc, 1971.

²¹ Em oposição a “Rheinlied” (Canção do Reno) de N. Beckers, onde consta “Sie sollen ihn nicht haben, den freien deutschen Rhein” (vocês não o terão, o livre Reno alemão), a “Marseillaise de la Paix” (Marselhesa da paz), escrita em 1841, dizia o seguinte: “Nations, mot pompeux pour dire barbarie” (nações, palavra pomposa para dizer barbárie) e “Déchirez ces drapeaux; une autre voix vous crie: ‘L’ egoïsme et la haine ont seuls une patrie; la fraternité n’en a pas!’” (Rasguem estas bandeiras; uma outra voz vos chama: só o egoísmo e o ódio têm uma pátria; a fraternidade não a possui!).

²² Compare, Otto Friedrich Bollnow: *Neue Geborgenheit* (1955); *Mensch und Raum* (1963); *Französischer Existentialismus* (1965). Sobre Gaston Bachelard, veja nota 29.

²³ Marius-François Guyard: o.c., p. 119. Sobre a orientação proposta para uma pesquisa literária sem fronteiras existente no início dos estudos comparados e o papel que ela assumiu com suas possibilidades imagológicas, veja a dissertação defendida em Aachen de meu assistente Manfred S. Fischer: *Nationale Images als Gegenstand Vergleichender Literaturgeschichte Untersuchungen zur Entstehung der komparatistischen Imagologie..* (Aachener Beiträge zur Komparatistik, vol. 6), Bonn, Bouvier, 1981. Também do mesmo autor o tratado: *Komparatistische Imagologie. Für eine interdisziplinäre Erforschung nationalimagotyper Systeme*, in: *Zeitschrift für Sozialpsychologie*, ano 20 (1979), caderno 1.

²⁴ A experiência de introduzir o programa imagológico nos chamados “estudos europeus” foi especialmente bem sucedida no caso de meu orientando holandês J. Th. Leerssen que, logo após o seu doutoramento, tornou-se docente e professor catedrático de “estudos europeus” na universidade de Amsterdam (UvA). Publicou diversos livros e numerosos artigos, tornando-se um especialista, reconhecido mundialmente, em aplicar os pontos de vista e o método da imagologia na pesquisa sobre a

Não há dúvidas sobre essas possibilidades, e a resposta a essa pergunta seria positiva. Já o questionamento sobre seu emprego a favor de objetivos políticos é problemático, e lembra-nos questões parecidas colocadas no passado para outros ramos científicos como, por exemplo, num caso extremo, a problemática sobre a responsabilidade ética de pesquisadores das ciências naturais em relação ao emprego de suas descobertas nas guerras.

Porém, no caso da “utilização” da imagologia comparada e, portanto, de nossa desideologização do pensamento “imagotípico”, não hesitaria em recomendar o uso dos conhecimentos da imagologia “a favor” da política internacional, considerando o fato de que se trata de controvérsias entre teorias e de que o que está em causa é o bem-estar de toda a humanidade (e não, por exemplo, dos habitantes de um país, de um continente ou uma raça, tomados individualmente), e ainda pensando no manifesto de Karl Popper: “Deixem morrer as teorias e não as pessoas”. E isto não é dito no sentido da recomendação de Milan Kundera, pensada e formulada satiricamente, que, no capítulo “Imagologia” do livro “Die Unsterblichkeit” (A eternidade) diz: “Imagologie! Wer hat sich diesen grossartigen Neologismus ausgedacht?” (“Imagologia! Quem inventou este neologismo fantástico?”) e que se refere a todos os políticos e ideólogos, instigadores maiores da política interna e externa, como “imagólogos”.²⁵ Ao contrário, justamente no campo da política, a imagologia não pode ser pensada como instrumentalização de estereótipos, mas antes como possibilidade de sua superação no sentido de um olhar desideologizador que conduza à sua eliminação. Também não podemos falar da utilização da imagologia no fomento da economia internacional - como foi inacreditavelmente sugerido, e não satiricamente, por um professor holandês de economia aos seus alunos. Deveriam eles utilizar, em propagandas internacionais, imagens que correspondessem à idéia que os clientes “nacionais” tinham do produto.²⁶

A imagologia comparada não se desenvolveu a partir de interesses nacionais ou comerciais. Ela tem o claro objetivo de analisar os efeitos das trocas intelectuais entre entidades estatais, étnicas e lingüísticas - *L' étude des relations spirituelles internationales*²⁷ - e, dentro do possível, também atuar no âmbito da política internacional. A superação do pensar em categorias nacionais e, em especial, em categorias “populares” (seja preconceitos, estereótipos, etc.) é, entre outras tarefas, o objetivo principal da imagologia, a par de uma compreensão para além das fronteiras - o que já estava presente nos primórdios dos estudos comparados europeus.

Também neste sentido, a imagologia rompeu veementemente com a funesta memória da “psicologia dos povos” que, de maneira leviana, acentuava diferenças e oposições, chegando, em parte, a ocupar-lhe diretamente o lugar.

No seu campo de atuação, a imagologia procura combater, em primeiro lugar, os diversos elementos e manifestações de um pensar que determina o indivíduo e fere sua dignidade. E esta “batalha” dá-se, na medida em que se perseguem as “imagens” e as “estruturas imagotípicas” (ainda que estas se mostrem em formas tênues) sendo, assim, desmascaradas - o que, em essência, já é parte de sua desideologização. Tudo isso, deve ser feito, a princípio, na literatura e em seu contexto, mas também nas áreas em que essas estruturas atuam de forma clara ou sorrateira.

problemática em torno da multinacionalidade européia. Outro que alcançou também uma posição universitária foi o nosso doutorando espanhol Enrique Banús Irueta que atua como professor no Instituto de “Estudios Europeos” da Universidade de Navarra.

²⁵ Milan Kundera: *Die Unsterblichkeit*, Hanser, München-Wien 1990, p. 142.

²⁶ Sobre a utilização e o mau uso da imagologia, compare também J Leerssen: *Over nationale identiteit*, in: *Theoretische Geschiedenis*, Jg. 15 (1988), p. 417.

²⁷ Jean -Marie Carrés: *Avant-Propos*, in: Guyard o.c.

Movemo-nos (com base no nosso pensar supranacional e culturalmente neutro) na direção de um desdobramento de novos modelos de pensamento (multinacionais), que, passando por níveis denominados de “pensamento europeu” ou “pensamento atlântico”, vão de encontro a uma consciência globalizada da humanidade; a uma visão de mundo abrangente que, de resto, não é tão estranha ao mundo da literatura e que, de fato, já fora pensada por Victor Hugo, ao idealizar sua teoria do sentimento de aconchego planetário, retomada mais tarde por Gaston Bachelard.²⁸

Oriunda da comparatística tradicional, a imagologia tornou-se uma ciência especial de nossa multinacionalidade e de nossas questões singulares, como o sentimento patriótico, identitário, nacional, bem como da verdadeira concretização de um “conhecimento literário geral e comparado como parte de uma antropologia comparada”, pensados por Wilhelm Humboldt em sua época.²⁹

Em vista da atual e desfavorável situação da comparatística no âmbito acadêmico internacional, o que não é um segredo para ninguém, há que considerar um desenvolvimento futuro para as nossas possibilidades acadêmicas que, em pontos essenciais, se libertam dos estudos literários, e nos levam possivelmente a uma disciplina chamada “etnoimagologia” que, por um lado partilha objetos de estudo com a literatura; por outro, apresenta tarefas associadas à “psicologia dos povos” ou à “etnopsicologia”. Em nossa concepção de uma tal disciplina imagológica, não estamos pensando, porém, em plagiar a comparatística como “história da literatura comparada” ou “literatura comparada” e, no seu túmulo, só reparar em um substituto, que a imagologia nos oferece. Mantemos o ponto de vista, que sempre tivemos, de que o “comparatística literária” (também denominada de “história da literatura comparada” ou “literatura comparada”, ou ainda a formulação um tanto infeliz de “literatura geral e comparada”) é uma disciplina independente com seus próprios objetos de pesquisa, métodos e metas, tal como as filologias. Mas também atuamos há muito tempo neste “metier”, e sabemos que, para afirmar o seu lugar, e não apenas no passado, os estudos comparados sempre tiveram de lutar contra a resistência das “filologias nacionais”. Sabemos também que, há mais de meio século, nos círculos interessados (ou que, pelo menos, manifestaram esse interesse) em constituir uma comparatística universitária faltaram as forças necessárias para a concreta execução desse projeto. Poderíamos escrever vários livros dando uma descrição detalhada desse procedimento em certas organizações e sociedades que se utilizaram do nome da comparatística. Ousamos lançar a tese de que as ciências humanas tal como ainda estruturadas nas universidades da Europa de hoje ainda não alcançaram o rumo e a uniformização “europeus” necessários para a nova tarefa. E isto, sem falar do desencontro observado nas justificativas científicas da ainda denominada “comparative literature” em determinadas universidades americanas.

A história de nossa disciplina europeia é um capítulo científico à parte. No nosso atual entendimento, o fracasso temporário dessa disciplina deve-se à impossibilidade de se constituir um determinado pensamento supranacional e culturalmente neutro num mundo multinacional e também já multicultural.

²⁸ Sobre a teoria do mundo como “lar/pátria” e da “confiança cósmica” ver (*La Poétique de l'espace*, Paris 1957, cap. V) de Bachelard e em parte de Victor Hugo, e seu significado para a imagologia comparada, ver H. Dysenrick: *Komparatistik als Europaforschung*, in: Dysenrick, H./Syndram, K.U. (editores): *Komparatistik und Europaforschung. Perspektiven vergleichender Literatur- und Kulturwissenschaft* (Aachener Beiträge zur Komparatistik Bd. 9), Bonn, Bouvier, 1992.

²⁹ Compare entre outros Günther Oesterle: *Kulturelle Identität und Klassizismus*, in: *Nationale und kulturelle Identität*, editado por Bernhard Giesen, Frankfurt a. M., 1991.

Para ilustrar, um exemplo: o começo do desmonte recente, numa faculdade da Alemanha ocidental, de um curso de estudos comparados bem sucedido, uma pedra no sapato dos germanistas locais, logo foi diligentemente apoiado por um professor que nem era germanista *stricto sensu*, com os mesmos argumentos usados cem anos atrás, na época do Império, contra a fundação de uma cadeira de estudos comparados nas faculdades alemãs, por germanistas influentes. Segundo eles, os estudos comparados podiam ser executados pelas filologias, sim, todas as filologias “modernas” (em mente, naturalmente, estava outra vez a germanística alemã) focavam pontos comparatísticos, etc. etc.

Mas não se tratava apenas de uma aversão alimentada por uma mentalidade competitiva de pouco alcance, por um ocasional nacionalismo primitivo e, sobretudo, por uma falta de conhecimentos especializados, que dificultava há mais de um século e meio o estabelecimento de uma comparatística literária e cultural como disciplina independente. As razões eram mais profundas, estavam na impossibilidade de se reservar um lugar adequado e incontestável no mundo das ciências humanas para um pensamento supranacional - e assim cientificamente neutro - na Europa do século XIX e XX. Isso se mostrou claramente, há poucos anos, na Alemanha, com o desenvolvimento de uma assim chamada Germanística Intercultural, que, de fato, chegou a apresentar ainda por volta do final do século XX, questões atinentes ao encontro entre a literatura alemã com literaturas não alemãs como exemplos válidos de relações internacionais, e isto na Alemanha que, um dia se chamou “Deutsches Reich” e se prestou a esse papel famoso ou mal-afamado.

Se se tivesse tomado conhecimento dos princípios elementares da comparatística, existentes e em vigência internacional há mais de quinhentos anos, ter-se-ia compreendido que esses objetivos podem ser os da filologia nacional germânica, mas isto contrapõe-se inequivocamente ao ponto de vista supranacional dos estudos comparados.³⁰ Costumamos dizer que os estudos comparados, ávidos por reconhecimento entre as filologias, estão em uma situação comparável à dos estudos comparados das religiões e as teologias. Mas talvez isto seja ainda um eufemismo.

Nesse sentido, não era de se admirar que, por um longo tempo, nos círculos especializados, ou no que deles restou, o fracasso provisório dos estudos comparados na Europa (que deve e precisa ser assim denominado) desencadeasse entre pesquisadores iniciantes ou especialistas certos movimentos truncados, no mínimo incomuns, para uma disciplina com planos futuros, e também outros, não totalmente deploráveis, já que a influência benfazeja da comparatística neles se manifestou com clareza. Nesse sentido, não nos referimos apenas às pessoas que se ocuparam por algum tempo com a comparatística e, devido à impossibilidade de alcançarem os seus desejos acadêmicos através dos estudos comparados, escorregaram para o colo das disciplinas tradicionais (em geral, das disciplinas, nas quais haviam iniciado seus estudos), para ali fazerem carreiras de sucesso. Por exemplo, Claude Digeon, cujo livro *La crise allemande de la pensée française*, originalmente uma tese de doutorado apresentada à área de estudos comparados de Jean-Marie Carré, na Sobornne, e, depois, enquadrada como produção da disciplina de História Contemporânea, ou ainda a obra de René Girard, considerado um romanista com interesses filosóficos, ou – pame-se – o próprio Marius-François Guyard, cujo livrinho introdutório *La Littérature comparée*, a certa altura, serviu de desencadeador da grande controvérsia entre as escolas francesas e americanas de estudos comparados, que fez carreira na política universitária (foi várias vezes reitor de

³⁰ Sobre o duplo sentido da denominada *Germanística Intercultural* veja também Zoran Konstantinovic: *Interkulturelle Germanistik oder Kompartistik*. In: *Grundlagentexte der Vergleichenden Literaturwissenschaft aus drei Jahrzehnten*, Innsbruck-Wien-München, Studien-Verlag, 2000.

diferentes universidades francesas), também terminou como professor de história da literatura francesa. Houve também aqueles, como George Steiner e Paul De Man, que, após um breve contato com os estudos comparados - fosse na Europa ou nas universidades dos Estados Unidos da América, abertas a todas variantes possíveis – ultrapassaram vertiginosamente os estudos comparados na Academia, e não só escreveram obras não mais passíveis de serem colocadas como representativas da comparatística em sentido restrito, como também chamaram a atenção por não mais manterem qualquer tipo de contato com a comparatística “oficial”, (ou com o que, por exemplo, ainda existia da *Association Internationale de Littérature Comparée / International Comparative Literature Association*). E houve um terceiro grupo que permaneceu fiel à disciplina, se solidarizou com as atividades oficiais dos estudos comparados internacionais e atuou na expansão dessa disciplina em outras universidades, porém – um primeiro, depois o outro – acabaram por se especializar tanto em uma parte dos estudos comparados que quase criaram, de novo, uma disciplina autônoma. O caso mais famoso é, sem dúvida, o de Robert Escarpit. Também os estudos comparados de Aachen, que foram usados por muitos como modelo, deve ser avaliado por este ângulo. De fato, devido à situação geral e aos poucos recursos disponíveis, não tardou a acontecer a mesma coisa em Aachen, que, depois de alguns anos, também seguiu um caminho próprio. Um caminho que desembocou na imagologia, nascida da escola tradicional francesa, e que foi construída de modo a tornar-se uma ciência específica da variedade intelectual da Europa. Uma variedade assente em uma diversidade de entidades estatais, nacionais e étnicas que, em geral, são denominadas como povos e, a que não mais se deve perguntar o que são, como é o seu "caráter", sua "alma" ou seu "espírito", mas o que e como elas se vêem; uma variedade que denominamos de etnoimagologia, pensando, no conceito grego de *ethnos*, ou seja, para além de todo pensamento “popular” e tendo a consciência do processo de transição entre o pensamento nacional e pós-nacional.